Tecnologias de vigilância e visibilidade em cena: algumas controvérsias

Enacting surveillance and visibility technologies: some controversies

Tecnologías de vigilancia e visibilidad en escenas: algunas controversias

Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ana Paula da Cunha Rodrigues

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Antonio José Peixoto Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Cristina de Siqueira Gonçalves

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Jéssica da Silva David

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Luciana Santos Guilhom Albuquerque

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Paulo Afonso Rheingantz

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Rafael Barreto de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

Na atualidade, vemos uma forte presença dos dispositivos tecnológicos em nossa vida cotidiana. Tais dispositivos atravessam e hibridizam a constituição de nossa sociedade, entrelaçando-se a ela de forma tão intensa que é possível afirmar que não há sociedade hoje fora da tecnologia – e, inversamente, que toda tecnologia é social. Assim, o presente artigo tem como objetivo explorar as ressonâncias das tecnologias de vigilância e visibilidade nos processos de subjetivação contemporâneos. Tomamos como ponto de partida duas cenas da atualidade, exemplares da presença desses dispositivos, e buscamos seguir como elas se desdobram configurando formas de ser e de viver na sociedade contemporânea. Para tanto, tomamos como referenciais os estudos CTS (ciência-tecnologia-sociedade), em especial a Teoria Ator-Rede (TAR) e a Cartografia de Controvérsias.

Palavras-Chave: Dispositivos de Vigilância; Teoria Ator-Rede; Controvérsias.

Abstract

Nowadays we experience a strong presence of technologic *dispositifs* in our everyday life. Such *dispositifs* cross and hybridize the configuration of our society, getting entwined to it so intensely that it is possible to state that there is no society today outside the technology – and, conversely, that every technology is also social. Thus, this paper aims to explore the resonances of surveillance and visibility technologies in processes of contemporary subjectivation. We take as a starting point two scenes of the current days, examples of the presence of those *dispositifs*, and we follow their development, pointing out how they set some forms of being and living in contemporary society. For this purpose, we take as reference the STS studies (science-technology-society), especially the Actor-Network Theory (ANT) and the Cartography of Controversies.

Keywords: Surveillance Dispositifs; Actor-Network Theory; Controversies.

Resumen

Actualmente, vemos una fuerte presencia de los dispositivos tecnológicos en nuestra vida cotidiana. Estos dispositivos cruzan y hibridan la constitución de nuestra sociedad, entrelazándose a ella tan intensamente que es posible afirmar que, hoy, no existe una sociedad fuera de la tecnología – y, por el contrario, que toda la tecnología es social. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo explorar las resonancias de las tecnologías de vigilancia y visibilidad en los procesos de la subjetividad contemporánea. Tomamos como punto de partida dos escenas de actualidad, ejemplos de la presencia de estos dispositivos, y buscamos seguir como se desarrollan, configurando formas de ser y de vivir en la sociedad contemporánea. Para este, tomamos como referencia los estudios CTS (ciencia-tecnología-sociedad), en particular la Teoría Actor-Red (TAR) y la Cartografía de Controversias.

Palabras Clave: Dispositivos de Vigilância; Teoría Actor-Red; Controversias

Introdução

Cena 1: Dezembro de 2013 – durante o programa de televisão “60 minutes”

da emissora V CBS, dos EUA, o diretor-executivo da empresa Amazon anuncia o lançamento do programa PrimeAir – entrega ultraexpressa de encomendas via *dro-*

nes.

Os *drones* – ou Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) – foram concebidos originalmente para uso em missões militares. Inicialmente pelos Estados Unidos, que desde 1994 testam *drones* carregados com armas, mas que apenas em 2001, durante a invasão americana no Afeganistão, admitiram oficialmente o uso desses aviões.

No Brasil, o uso dos *drones* ainda é restrito a serviços de vigilância e monitoramento. Em 2005, a partir do Projeto Arara (Aeronave de Reconhecimento Autônoma e Remotamente Assistida) voltado para a agricultura de precisão, é desenvolvido o primeiro *drone* com tecnologia 100% brasileira. Em 2010, a Força Aérea Brasileira (FAB) passou a montar *drones* produzidos pela AEL, subsidiária da empresa israelense Elbit System, com a qual foi fechado um acordo de 48 milhões de reais. A partir deste acordo, têm sido produzidos *drones* para proteger as fronteiras e para fins de segurança durante a Rio+20 (realizada em 2012), a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Embora a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) não tenha regulamentado o uso civil dos *drones*, empresas como Petrobras, Cemig e o agronegócio já fazem uso dos mesmos em caráter experimental.

Cena 2: Giana, 16 anos, Veranópolis/RS, enforcou-se com um cordão de seda. Julia Rebeca, 17 anos, Piauí, enforcou-se com um fio elétrico. Em comum, além de serem mulheres e adolescentes, tiveram imagens íntimas, envolvendo nudez ou relação sexual, divulgadas na internet. Num fenômeno que vem crescendo no Brasil e sendo chamado de “pornovingança” ou “pornografia de revanche”, mulheres jovens têm sido vítimas de vingança por parte de ex-companheiros que, ao término do relacionamento, resolvem divulgar na internet fotos ou vídeos de conteúdo sexual. Essas imagens se alastram numa rápida velocidade, expondo a intimidade dessas jovens e trazendo efeitos negativos para suas vidas. São julgadas moralmente, humilhadas, sentem-se envergonhadas e culpadas, amigos se afastam e a vida social se esvai.

O suicídio é a consequência mais drástica, mas outros efeitos são produzidos por essa exposição. Francielly, 19 anos, Goiânia, mudou de aparência e teve que parar de trabalhar. Rose Leonel, Paraná, perdeu empregos, amigos e não saía mais de casa sozinha; em 2013 criou a ONG “Marias da Internet”, a fim de dar apoio psicológico e jurídico a mulheres vítimas de crimes virtuais.

As cenas inicialmente apresentadas

ilustram a força e a extensão da presença dos dispositivos tecnológicos em nossa vida cotidiana. Esses dispositivos atravessam a constituição de nossa sociedade e a ela se entrelaçam tão intimamente que não é raro que nos denominemos “sociedade tecnológica”. Na contemporaneidade, sociedade e tecnologia encontram-se inextricavelmente agenciados, de tal modo que falar hoje de tecnologia é falar de sociedade; e, simetricamente, não há sociedade hoje fora da tecnologia.

Para além da compreensão de que a tecnologia é imanente à sociedade, argumentamos que os dispositivos tecnológicos não são meros objetos ou instrumentos totalmente determinados pela vontade humana, mas antes uma rede que “faz fazer” – portanto, nos mobiliza, desvia nossas ações. Ou, segundo nos ensina a Teoria Ator-Rede (TAR), os não humanos “têm agência” (Latour, 2012). Isso significa pensar como a sociedade se produz, tendo em vista a participação da tecnologia, e como as conexões entre atores humanos e não humanos constroem o social, produzindo ressonâncias na subjetividade.

Propomos, no âmbito deste artigo, problematizar as conexões híbridas entre tecnologia e sociedade, com foco nas tecnologias de controle e vigilância, que tem sido objeto de nossas pesquisas no âmbito do Grupo “Cultura Contemporânea: Co-

nhecimento, subjetividade e tecnologia” (Cnpq/Lattes). Para tanto, apresentamos brevemente os referenciais teórico-metodológicos que orientam nossas pesquisas e, em seguida, analisamos duas cenas contemporâneas que possibilitam evidenciar a participação desses dispositivos em nossos modos de ser e de viver.

Abrindo nossa caixa de ferramentas

Nossa incursão pelas relações entre tecnologia e sociedade se faz acompanhada da Teoria Ator-Rede (TAR). De acordo com Latour (2012), a origem da TAR pode estar na necessidade de uma nova teoria social adaptada aos estudos sobre a ciência e a tecnologia. “Necessidade” porque, como afirma o autor (Latour, 2012), as abordagens mais tradicionais da sociologia produziram uma espécie de “social-substância”, impenetrável, imperscrutável, no qual os humanos eles mesmos se organizam e têm suas condutas determinadas por essa “matéria” amorfa e onipresente. Os fenômenos são ditos sociais; as questões, sociais; assim como os problemas, e ações são apresentadas como efeitos da influência de tal substância. A palavra “social”, então, tem sido utilizada para qualificar, justificar e explicar uma realidade estável e pronta, sem que se problematize muitas vezes que elementos estão aí atuando

do. Seguindo as abordagens tradicionais da sociologia, “na fase atual de seu desenvolvimento, já não é possível precisar os ingredientes que entram na composição do domínio social” (Latour, 2012, p. 18).

Latour (2012), então, retoma o que ele afirma ser o sentido “original” dos termos “social” e “sociologia” – que teriam como foco as conexões, as associações – e propõe que nos empenhemos na tarefa de “reagregar o social”, de tornar rastreável aquilo que o conecta. Neste sentido, a TAR configura-se, sobretudo, como um método que “permite produzir alguns efeitos que você não obteria por meio de alguma outra teoria social” (Latour, 2012, p. 208), na medida em que, para rastrear as associações que compõem tal domínio, três princípios são observados: (1) é permitido também aos não-humanos desempenhar o papel de actantes, pois assim como os ditos “atores sociais” estes estabelecem associações e participam do curso da ação, ou seja, também possuem “agência” (Penley & Ross, 1990); (2) o “social” não está dado de antemão, ele é movimento, efeito de associações e, portanto, deve ser descrito, investigado, explicado; e (3) os enunciados produzidos pela pesquisa atuam na produção de coletivos, evidenciam associações e, portanto, reagregam o “social”.

Isso significa dizer que não concebemos o social como um campo de forças

estabilizadas atuando por trás dos fenômenos observados e servindo para explicá-los. Orientados pela TAR, entendemos que o social não é o que explica, mas o que deve ser explicado. Caracteriza-se como um campo de forças em constante embate que vez por outra se estabiliza numa forma. Define-se mais como um movimento de reagrupamento e reassociação dos mais variados atores do que um contexto onde a vida acontece e ao qual devemos recorrer para explicar, por exemplo, os fenômenos psicológicos.

A proposta da TAR é analisar esse processo contínuo de associação entre os diferentes atores que compõem o social, partindo de um olhar sobre os detalhes, as pequenas esferas da vida social, os minúsculos atores. Ao invés de tentar explicar a parte pelo todo, a TAR nos convida a repensar o todo pela parte. Isto é, a nos voltarmos para uma pequena dimensão da realidade, perto o suficiente para observar suas redes emaranhadas e traçar as associações que estão sendo produzidas e irão configurar um contorno geral.

Não mais uma sociologia do social, mas uma sociologia das associações. Nesse sentido, ao longo da investigação empreendida, o conceito de “Tradução” nos é caro e imprescindível. Traduzir é se conectar, transformando aquilo que circula pelas associações. Dessa forma, traduzir implica

também perceber, interpretar, apropriar-se, atribuir, delegar, modificar. A ideia, portanto, é de que as ações realizadas no coletivo pelos actantes produzem alguma transformação, alguma tradução, as quais são passíveis de serem observadas, rastreadas.

Nesse sentido, a proposta feita pela TAR de tornar rastreáveis as associações se afasta de qualquer busca por uma causalidade linear ou mesmo pela busca da Verdade. Ao se analisar as traduções, não há julgamento de verdade. As traduções são sempre interpretativas, parciais (Haraway, 1995), imperfeitas (Latour, 2000); sem que exista “a versão correta” e, portanto, não é isso que almejamos em nossas investigações. Buscamos sim evidenciar as várias versões que circulam no e a respeito do coletivo. À medida que este é composto por um sem número de actantes que se associam/se comunicam segundo a dinâmica da tradução, seguir seus enunciados, seus fluxos e suas versões pode ser uma boa estratégia para compreender as múltiplas realidades que produz. Neste ponto, a noção de “Controvérsia” é de suma importância.

“Fazer bom uso das controvérsias” é “alimentar-se de incertezas” (Latour, 2012), mapeando os vários jogos de forças presentes nesta discussão – que envolve não só questões técnicas, mas também políticas, econômicas, etc. – procedendo pela

descrição, pela busca de rastros, fatos e palavras, que evidenciem as associações produzidas (Guessser, 2006) e os diferentes modos pelos quais as realidades são performadas¹. Nesse sentido, utilizamos em nossas pesquisas a “Cartografia das Controvérsias”.

De modo simples, pode-se definir controvérsia como um debate (ou uma polêmica) que tem por “objeto” conhecimentos científicos ou técnicos que ainda não estão totalmente consagrados (Pedro, 2010, p. 87). Como argumenta a autora, as controvérsias técnicas e científicas têm sido tomadas por pesquisadores da TAR como um caminho privilegiado para os estudos das associações, pois, ao envolverem debates não apenas no interior do círculo restrito de teóricos e especialistas, articulando também outros actantes, tornam-se, em certa medida, produtoras da sociedade, produzindo igualmente os sujeitos que somos (Pedro, 2010, pp. 87-88).

Para Venturini, as controvérsias “são situações onde atores discordam” (2010, p. 6). Referem-se, portanto, a espaços de conflitos e negociação, o que nos distancia da ideia de pensar o mundo e a realidade como espaços estáveis e homogêneos. De forma sucinta, podemos dizer que as controvérsias envolvem atores humanos e não humanos; expõem o social em sua forma mais dinâmica; são resistentes a

redução e simplificação; são intensamente debatidas, costumam emergir quando o que estava estável e garantido começa a ser questionado e discutido; e são conflitos, “decidem e são decididas pela distribuição do poder” (Venturini, 2010, p. 9).

Em poucas palavras, quando olhar para as controvérsias, procure onde a vida coletiva fica mais complexa: onde o mais vasto e diverso conjunto de atores está envolvido, onde alianças e oposições se transformam afoitamente, onde nada é simples como parece, onde todos gritam e discutem, onde conflitos crescem asperamente (Venturini, 2010, p. 10).

É quando as controvérsias se instauram, os debates se acirram e as disputas se tornam acaloradas, portanto, que as entidades que compõem o social tornam-se mais visíveis (Latour, 2012). Tomando emprestada a metáfora da “caixa-preta”, usada por Latour (2000), enquanto as controvérsias não se resolvem, enquanto acompanhamos o social em construção, podemos vislumbrar o seu “interior”, ver de que este é feito. Segundo o autor, em nossas pesquisas devemos alimentar-nos das controvérsias (Latour, 2012), deixando que a ordem seja encontrada por aqueles envolvidos nos embates, em vez de impostas por uma observação supostamente superior de teóricos e estudiosos:

[...] A TAR alega que encontraremos uma maneira bem mais científica de construir o mundo social, caso nos abstenhamos de interromper o fluxo das controvérsias. [...] A busca de ordem, rigor e padrão não é de modo algum abandonada. [...] A TAR sustenta ser possível rastrear relações mais sólidas e descobrir padrões mais reveladores quando se encontra um meio de registrar os vínculos entre quadros de referência instáveis e mutáveis, em vez de tentar estabilizar um deles (Latour, 2012, pp. 44-5).

Desse modo, assim como defende Pedro (2010), o mote de seguir o fluxo das controvérsias enfatiza, portanto, uma multiplicidade ontológica que não apenas descreve o envolvimento de diferentes actantes nas práticas sociomateriais, mas que também põe em discussão o seu caráter político enquanto produtoras de realidades e o papel estratégico do pesquisador na tarefa de ampliar a gama de associações, de articulações.

A ideia da cartografia diz respeito ao traçar de um desenho que se constitui ao mesmo tempo em que se estabelecem as associações que busca apreender (Rolnik, 1989). Ela é simultânea à produção do coletivo. E à medida que se faz, a cartografia não apenas retrata a(s) realidade(s) observada(s), mas, da mesma forma, atua em sua(s) produção(ões), como mais um actante envolvido.

A cartografia, tal como a propomos, pretende não simplificar fenômenos que se desdobram de modo complexo. Parece ser um bom método para acompanhar o processo de construção e estabilização das disputas e controvérsias, tal como é feito pelos próprios atores.

Para entender como o fenômeno social é construído não é suficiente observar os atores agindo sozinhos nem as redes sociais já estabilizadas. O que deve ser observado são os atores-redes, ou seja, as configurações passageiras onde atores estão renegociando laços de antigas redes e a emergência de novas redes está redefinindo a identidade dos atores. (Venturini, 2010, p. 11).

Venturini (2010) nos dá algumas pistas de como usar esse método. Em primeiro lugar, cartografar se resume a observar e descrever, atividades que, a despeito de parecerem simples, são trabalhosas e complexas. Observar não significa se desfazer totalmente de conceitos, teorias e métodos, contudo estes não podem restringir o olhar do pesquisador, fazendo-o ver apenas aquilo que já está predeterminado a encontrar no campo.

Pelo menos no início das explorações, cartógrafos devem se esforçar para permanecer o mais aberto possível. Surpresa e curiosidade devem inspirar suas noções e protocolos mais do que o contrário. Na

cartografia social, a observação sempre precede a teoria e a metodologia. (Venturini, 2010).

É claro que nenhum pesquisador prescinde de um olhar teórico, de autores com quem dialoga e de uma leitura bibliográfica prévia, mas os conceitos estudados não podem servir como os antolhos dos cavalos, limitando sua visão. A postura do cartógrafo deve ser a mais aberta possível para se deixar afetar pela surpresa e o inusitado que pode aparecer no campo, para poder aprender com seus informantes. Esse é um difícil exercício e um grande desafio: abrir-se para pontos de vista diferentes, contraditórios e que muitas vezes poderão questionar o ponto de vista já adotado e estabelecido. Mas só assim o pesquisador poderá se abrir para as controvérsias que permeiam a realidade estudada.

Venturini utiliza a metáfora do *magma* para ilustrar a cartografia das controvérsias, que não deve tomar o social nem no seu estado líquido, e completamente fluidificado e efêmero, nem no seu estado sólido, completamente solidificado e estabilizado. Assim como o magma, o social deve ser observado na constante transformação e afetação dos seus estados, ora se solidificando e encontrando consensos para as controvérsias, ora se liquefazendo, dissolvendo seus acordos e entrando em disputas e embates.

Cartografar controvérsias consiste, assim, em um modo de pesquisar que visa à compreensão e à proliferação de realidades. Um método, ou estratégia, que põe o foco nas incertezas que produzem estas realidades, que possibilita a descrição dos movimentos que as tornam estáveis. Dessa maneira, pode-se dizer que a análise de controvérsias favorece uma espécie de ontologia, na qual o caráter contingencial dos fatos se evidencia, assim como os processos de fabricação dos coletivos (Pedro, 2010). Esse modo de investigar nos permite, portanto, observar as ações, práticas e escolhas que atuam na construção das realidades que experimentamos e, sobretudo, evidencia a possibilidade de existência de outros mundos.

E é, então, através do mapeamento das associações que estabelecem esses coletivos e das controvérsias a eles articuladas que pretendemos dar visibilidade aos temas dos dispositivos tecnológicos que apresentamos nas cenas que abrem este trabalho.

Retomada das Cenas

Sobre vigilância e segurança

Retomaremos a cena 1, mas antes disso, contemos um pouco da história que nos trouxe até aqui. O nosso olhar se vol-

tou para os *drones* em ocasião da notícia do projeto *Prime Air* da *Amazon*, que nos chegou por meio de um dos autores do presente artigo. Posteriormente, muitas outras notícias vieram, o que resultou no interesse de investir um pouco em uma discussão acerca dessa tecnologia tão controversa. Voltemos à cena.

Segundo a notícia “Amazon testa frota de aviões não-tripulados para entregar encomendas em até 30 minutos” publicada em dezembro de 2013, a *Amazon*, com seu programa *Prime Air* pretende reduzir o tempo de entrega de suas mercadorias com o uso de *drones*. Denominados *Octopters*, esses equipamentos são capazes de transportar pacotes de até 2,3 kg – peso de 86% dos produtos vendidos pela empresa – em um tempo máximo de trinta minutos.

Esse programa já nasce controverso, uma vez que, para ser posto em ação, necessitaria de mais testes, bem como de uma regulamentação específica fornecida pela FAA (*Federal Aviation Administration*), pois esta ainda não permite o uso de *drones* para fins comerciais:

Atualmente, apenas órgãos governamentais, forças policiais e alguns cientistas têm autorização para empregar as máquinas. Especialistas do setor esperam que isso mude em 2015, e a própria FAA prevê que, em 2017, 10 mil Vants civis estarão

voando nos céus dos EUA (O Globo, TECNOLOGIA, 2013).

Os *drones*, ou VANTs, aparecem inicialmente como uma tecnologia de uso militar. Utilizados em missões espãs pelos Estados Unidos desde 1975, é em 1994, com a aeronave denominada *Predator*, que os *drones* começaram a ser testados com armamento, sendo apenas em 2001, com a invasão ao Afeganistão, que as forças armadas americanas admitiram oficialmente o uso desses aviões não tripulados (Gomes, 2013).

De lá para cá, muitos temas de discussão surgiram acerca desse uso, os quais agruparemos aqui sob a controvérsia acerca do uso militar desses dispositivos. O primeiro tema advém do uso secreto e não admitido desde o princípio. Os *drones* começaram a ser usados em 1975, mas só catorze anos depois foi admitida sua existência. Aeronaves carregadas com armas começaram a ser usadas em 1994, mas só em 2001 as forças armadas admitiram seu uso. Outra questão, então, diz respeito ao uso desses dispositivos em combates.

Alguns discursos surgem, francamente favoráveis ao uso dos *drones*, ressaltando que as operações são secretas, que o piloto estaria fora de perigo e poderia agir com mais precisão, além de considerações acerca do benefício dessa tecnologia, que

seria mais barata que os caças tripulados. “Não apenas o piloto está fora de perigo, mas pode manobrar a aeronave mais próxima dos alvos, o que permite maior velocidade e precisão na conclusão da missão e diminuição no dano colateral” (Gomes, 2013).

No entanto, alguns dados são elencados a fim de pôr em questão esses benefícios.

O principal argumento contra o emprego de aeronaves não tripuladas armadas ocorre quando elas são usadas fora de zonas de combate, como são os casos do Paquistão, Iêmen e Somália, países que não estão oficialmente em guerra com os Estados Unidos. (Gomes, 2013).

O emprego nesses países violaria de alguma forma as leis internacionais estabelecidas pela Convenção de Genebra sobre Armas Convencionais ocorrida em 1980 e que vigoram desde 1983. A mesma não estabelece regras para *drones*, mas diz que mísseis e bombas – que seriam carregados por essas aeronaves – não podem ser utilizados fora das zonas de guerra. Além disso, leis internacionais impõem que soldados e armas devam distinguir civis de combatentes, o que os *drones* ainda não seriam capazes de fazer. Argumentos contrários também destacam que os *drones* não dão oportunidade de o inimigo se ren-

der nem exaurem todas as tentativas de prendê-lo. Organizações de direitos humanos, além de contestarem a legalidade do emprego militar desse recurso, também contestam a eficácia das missões, visto o grande número de inocentes entre as vítimas de bombardeios.

Na era Obama, esse debate se intensificou, sobretudo pelo acirramento da “guerra ao terror”, iniciada no Governo Bush. Por um lado, “a forte pressão do eleitorado americano pela diminuição das mortes de soldados fez a administração buscar uma alternativa que conciliasse posturas aparentemente conflitantes: os *drones*” (Gomes, 2013).

Como consequência, pudemos testemunhar a expansão da vigilância via *drones* em áreas como o Paquistão, por exemplo – e, como efeito, um aumento de mortes nesse país. As entidades *Bureau of Investigative Journalism* e *New American Foundation* tentam contabilizar os ataques e mortes por *drones* e, em janeiro de 2012, a ONU lançou um projeto denominado *Naming the Dead* (Dando nome aos Mortos), com a finalidade de investigar a morte de civis e militares por 25 ataques de *drones* americanos no Paquistão, no Iêmen, na Somália e nos territórios palestinos.

Nesse contexto, busca-se enfraquecer o argumento favorável à utilização dos *drones* que ressalta a segurança do piloto –

pois este controla a aeronave remotamente – com estatísticas de mortalidade, principalmente envolvendo civis². Aqui, os dados – número de mortes – também figuram como atores importantes na definição de novos contornos para essa tecnologia, atuando como dispositivos de inscrição³ que deslegitimam este uso, ao apontarem para uma possível banalização dos ataques. O fato de não poder fazer a distinção entre militares e civis e violar as leis internacionais também acaba tendo efeito semelhante.

Além disso, o uso militar de *drones* nos EUA está intimamente ligado à “guerra ao terror”. O alto investimento em tecnologias que garantam a segurança do cidadão americano e promovam a eficácia do combate esbarra em análises que questionam o sucesso dessa política. Em recente reportagem, intitulada “Crônica de um fracasso” (Costa, 2014), alguns dados sugerem que a “guerra ao terror”, capitaneada pelo governo dos EUA há doze anos, tem produzido o efeito oposto. Após a morte de Osama Bin Laden, a Al-Qaeda, ao invés de diminuir, aumentou seu poder e alcance nos países mulçumanos.

No Brasil, os *drones* também chegaram, mas diferentemente dos Estados Unidos, seu foco *ainda* são os serviços de vigilância e monitoramento. Ainda, pois, segundo a reportagem “Segurança da Copa

2014 terá *drones* da FAB e PF”, já existem projetos do Ministério da Defesa e da Avibras Indústria Aeroespacial para a produção e emprego de *drones* de combate. A Estratégia Nacional de Defesa, decreto publicado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008, aponta as diretrizes dos programas de veículos aéreos não tripulados que inicialmente seriam destinados à vigilância e depois ao combate. Segundo o general da reserva do Exército Álvaro Pinheiro, especialista em terrorismo e táticas de guerra:

É evidente que o Brasil precisa ter capacidade de operar drones, tanto para vigilância como para combate. O drone é cirúrgico, é um instrumento de apoio ao combate exatamente para diminuir efeitos indesejáveis, como a morte de inocentes ou destruição de locais errados (Stochero, 2013).

Podemos perceber, pelo trecho acima, uma aposta, ou uma espécie de confiança, na capacidade dos dispositivos tecnológicos que seriam mais eficazes que os humanos em seu desempenho. Assim, continua o general:

O drone é a evolução do poder de combate, ele sintetiza tudo. Ele tem sensores capazes de localizar qualquer coisa, consegue transmitir a informação em tempo real para qualquer lugar – o que só o drone é capaz

– e pode neutralizar e eliminar a ameaça naquele exato momento. (Stochero, 2013).

Apesar disso, outros porta-vozes envolvidos nesse processo aqui no Brasil se mostram mais cautelosos. Renato Tovar, diretor da Avibras, por exemplo, afirma que “o projeto [de emprego de *drones* de combate] existe, mas vai ficar para o futuro. Por enquanto, o foco prioritário é vigilância e monitoramento. O assunto é ainda bastante delicado. Precisamos primeiro avançar na atuação de vants de reconhecimento” (Stochero, 2013).

O capitão José Augusto de Almeida, do Departamento de Ciência e Tecnologia da FAB, parece concordar: “Há possibilidades enormes do uso militar de vants na América Latina. Mas seria um avião de maior porte e que pode até dar apoio a caças. A maior preocupação é com acidentes e riscos envolvendo sobrevoar áreas populosas” (Stochero, 2013, p).

Desde 2010, a FAB passou a montar *drones* produzidos pela AEL, subsidiária da empresa israelense *Elbit System*, e foi fechado um acordo de quarenta e oito milhões de reais com a mesma. Deste acordo foram e estão sendo produzidos *drones* que serão utilizados para proteger as fronteiras, bem como para monitoramento durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Pelo menos seis *dro-*

nes da Polícia Federal e da Aeronáutica serão utilizados nesses eventos. Tais equipamentos já foram usados durante a Rio +20 em 2012 e a Copa das Confederações em 2013, porém, para a Copa do Mundo, o Exército ainda aguarda mudanças na legislação quanto ao uso de *drones* em áreas povoadas.

Assim, os grandes eventos têm sido o principal mote para as ações de vigilância com *drones*. O que se vê, no entanto, é a conseqüente extensão desse uso para outros fins – com exemplo, temos os Jogos Olímpicos de Londres, em que os gastos com *drones* de vigilância ultrapassaram o total de 550 milhões de libras (Graham, 2012), de forma que esses investimentos permanecessem como “legado” no âmbito da segurança pública.

Na esteira da proliferação desses dispositivos de visibilidade voltados para a segurança, a discussão sobre a privacidade também se acirra, à medida que os *drones* poderiam captar imagens sem que as pessoas em foco percebam sua presença.

Mas o uso dos *drones* não para por aí. “De certa forma, os veículos aéreos não tripulados estão começando a seguir o caminho trilhado por outras tecnologias criadas para projetos militares, como a internet e o GPS, hoje presentes na vida de milhões de pessoas” (Ferrari, 2012).

Desta forma, chegamos ao segundo grupo de controvérsias que gostaríamos de abordar, acerca do uso civil destes dispositivos, para que possamos retomar a cena inicial. Segundo Rémy, Senouci, Jan e Gourhant (2013), os *drones* vêm sendo usados em serviços de resposta a catástrofes, em serviços de localização, análise e emissão de substâncias perigosas no ambiente, na pulverização de plantações no Japão, no mapeamento de cardumes de atum nos Estados Unidos, no combate a incêndios e perseguição de suspeitos também nos EUA, etc.

Desde 1990, a construção civil também vem fazendo uso de dispositivos eletrônicos – sistemas de automação predial (SAP) – no monitoramento dos “edifícios inteligentes” e das indústrias de alta tecnologia, buscando com isso maior eficiência, confiabilidade e menor custo operacional dos edifícios. Exemplos recentes de monitoramento de obras de engenharia demonstram novos usos para os *drones* na verificação do estado de conservação de fachadas, bem como na avaliação do estado de conservação de pontes, estádios, arenas esportivas e viadutos (Cosenza, Rheingantz, Lima 2000; Rheingantz, 1998).

Embora ainda haja restrições para este tipo de uso – conforme evidencia a reportagem “O novo alvo dos Drones” –,

sendo necessária licença especial para o voo em grandes altitudes, este quadro deve mudar em breve. Em 2012, o presidente Barack Obama anunciou um investimento de 63 bilhões de dólares para modernização do sistema aéreo americano que comporta a criação de rotas para aeronaves pilotadas remotamente, diminuindo as restrições da FAA e tornando a utilização de *drones* mais fácil por parte das agências de fiscalização.

Diante das transformações que a nova política de entregas anunciada pela *Amazon* demanda, evidencia-se uma discussão que é também mercadológica. O CEO do *eBay*, por exemplo, em resposta ao referido anúncio, declara que a entrega da *Amazon* usando *drones* seria uma “fantasia”, destacando a existência do serviço *eBay Now* que entrega produtos em até uma hora: “Não estamos focados em fantasias a longo prazo, estamos focados em coisas que podemos fazer hoje” (IDG NEWS SERVICE, 2013).

No Brasil, a ANAC não regulamentou o uso civil dos *drones*, mas empresas como Petrobras, Cemig e o agronegócio já fazem uso dos mesmos em caráter experimental. Há quatro anos, a Polícia Federal usa 15 *drones* israelenses para o controle de regiões de fronteira. Em 2011 a Petrobras começou a operar um *drone* para monitorar as obras de um gasoduto no interior

de São Paulo. O consórcio responsável pela construção da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, gerencia o desmatamento na floresta usando um aparelho controlado remotamente. A Embraer, terceira maior fabricante de jatos civis no mundo, abriu em 2011 a Harpia Sistemas, empresa dedicada à produção de veículos aéreos não tripulados. Para o futuro, os *drones* serão usados no monitoramento das fronteiras pelo Exército e no Sistema Proteger, que irá monitorar a Usina Hidrelétrica de Itaipu e outros locais estratégicos do país.

Além disso, já existem no mercado brinquedos como o *Ar Drone*, um quadricóptero controlado por *iPhone*, *iPad* ou *Android* que filma tudo e alcança uma altura de seis metros. Qualquer pessoa, que tenha condições financeiras para isso, pode ter seu *drone* particular, para capturar imagens a uma distância, antes inalcançável sem alguma ajuda tecnológica. Percebemos, então, que, apesar de não haver ainda uma legislação específica que regule o uso de *drones* no meio civil e a falta de estudos que possam apontar seus possíveis efeitos negativos, eles têm sido cada vez mais utilizados em diversas áreas, não somente para a questão da segurança.

Isso amplia a já grande proliferação de imagens no mundo contemporâneo e aumenta a possibilidade de uma cena do âmbito privado ser conseguida com a ajuda

de um pequeno objeto tecnológico, sem que o fotografado perceba ou saiba quem é o autor da foto.

Assim, podemos afirmar que, quanto mais aumentamos, com a ajuda de objetos técnicos, nossa capacidade de tornar o que está à nossa volta visível, também aumentamos a visibilidade daquilo que antes estava em segredo, escondido no espaço da intimidade. A privacidade vai se tornando cada vez mais pública e a vida mais vigiada e controlada. Isso potencializa não apenas o desejo de espionar como o de se expor. O problema se coloca à medida que vamos perdendo o controle sobre nossa própria imagem, que, por conta dos dispositivos tecnológicos disponíveis e dos humanos que os operam, se torna alvo fácil de capturas e publicização. Não podemos responsabilizar somente a tecnologia nem os humanos, pois, como diria Latour (2012), a ação é partilhada. Os objetos podem ter seus usos modificados e reapropriados pelos humanos assim como os humanos são afetados em sua ação no mundo pela interação com os objetos.

Estimativas do *Teal Group* destacam que o segmento dos *drones* é o que mais cresce na indústria aeroespacial, somando US\$ 6,6 bilhões ao ano e devendo movimentar US\$ 11,4 bilhões em 2022. Grande parte disso ainda vem do uso militar, mas com as devidas mudanças na le-

gislação e diminuição das restrições, possivelmente o mercado civil dos *drones* crescerá ainda mais. Do inofensivo *Ar Drone*, criado para fins de entretenimento, passando pelos *drones* postais da *Amazon*, até os *drones* usados para monitoramento, vigilância e combate, estamos caminhando para uma sociedade ainda mais vigiada, se é que isso ainda é possível.

O que podemos depreender disso tudo é que, desde a sua criação para fins militares de vigilância, monitoramento e combate, os *drones* vêm sendo reapropriados e vêm ganhando espaços talvez nunca antes pensados, gerando novas controvérsias a cada novo uso.

Algumas projeções podem ser feitas. O aumento dos investimentos na fabricação dessa tecnologia pode forçar legislações para que diminuam a restrição ao seu uso, além disso, pode aumentar o uso da mesma para diversos fins. Na mesma velocidade, é necessário que questionemos a que futuro isto nos levará, pois se podemos ter muitos benefícios, como é o caso do monitoramento na construção civil, que pode evitar possíveis acidentes, o uso dessa tecnologia também poderá nos levar a uma sociedade exacerbadamente controlada.

Sobre vigilância e visibilidade

No início de outubro de 2013, um novo *meme*⁴ começou a circular pelas redes sociais. Várias pessoas publicaram fotos suas em que faziam com as mãos o sinal de OK em referência a alguns vídeos íntimos divulgados dias antes. Esses vídeos, três no total, tinham cerca de trinta segundos de duração, e em todos eles é exibida uma jovem fazendo sexo com um homem que não é identificado pelas cenas. Em um deles, a jovem diz palavras para excitar seu parceiro e faz com a mão o mesmo gesto que agora era exaustivamente repetido por toda a rede. A partir desses vídeos, a jovem foi identificada e teve fotos, perfis em redes sociais e número de telefone divulgados.

O caso ocorreu no fim de 2005, logo após o fim do relacionamento do casal. De acordo com a jornalista, o ex-companheiro não aceitou o fim do noivado e, além de divulgar as imagens ainda insinuou em redes sociais que era uma garota de programa (G1 em 27 de agosto de 2013).

“Fiz o [vídeo] por amor, com uma pessoa que eu amava e em quem eu confiava. Só que isso não deveria ter sido mostrado pra ninguém” (Franciely, Fantástico em 25 de outubro de 2013).

Francielly, 19 anos, conta que ficou sabendo do vídeo por uma amiga, no dia 3 de outubro, enquanto trabalhava. Quando registrou a ocorrência, os vídeos já tinham se espalhado. Ela recebeu mais de quatro mil mensagens de desconhecidos com DDD do país inteiro. Seu celular travou, tamanho o número de ligações concomitantes. Precisou excluir todos os perfis das redes sociais. Várias pessoas foram até a loja em que trabalhava, abordando-a e a suas colegas de trabalho como se fossem prostitutas. E outras tantas tiraram fotografias e postaram na rede, reproduzindo o mesmo gesto que Francielly havia feito no vídeo. Essas fotos eram em geral acompanhadas de comentários “negativos”, argumentando que, se não queria ser exposta, não se deixasse filmar. Além disso, inúmeras montagens com fotos de políticos e celebridades fazendo o mesmo gesto circularam nas redes sociais.

Francielly foi afastada do trabalho, só saindo de casa para conversar com advogados sobre o processo que move contra o suspeito de divulgar as imagens, com quem diz ter se relacionado por três anos. Em um programa de televisão em rede nacional, ela disse não se arrepender dos vídeos gravados porque os teria feito por amor, com uma pessoa que amava e em quem confiava. Para Fran – como passou a ser conhecida nas redes sociais –, a questão

central do problema reside no fato de que estes não deveriam ter sido mostrados para ninguém.

A regra número um é: ao se filmar em momento íntimo, não revelar seu rosto, o seu nome e nem a sua voz. Regra 2: é importante que a mulher mantenha a filmagem na posse dela. Número 3: não compartilhe, não envie por e-mail para seu parceiro, não envie por chat, por dispositivo de mensagem. E a quarta regra: apague tão logo seja possível (Iolanda Garay, perita digital, G1 em 17 de novembro de 2013).

Com a repercussão do caso, internautas passaram a manifestar apoio à garota difamada, entendendo que em lugar do massacre e julgamento públicos, Fran deveria estar sendo amparada porque é, na verdade, a principal vítima de todo o ocorrido. O culpado da história não seria ela que se deixou filmar – pois isto não configuraria um crime –, mas sim a primeira pessoa que repassou o vídeo de um celular privado para uma rede amplamente visível. Foi criada uma página na mesma rede que ajudou a difundir o vídeo e a criar o *meme*: ‘Apoio Fran’, que cresceu rapidamente e hoje já contabiliza mais de 40 mil apoiadores no Facebook e muitos relatos de situações similares que acometeram outras tantas meninas. Nesse cenário, o sinal de OK feito com as mãos passa a indicar o apoio às vítimas. Nos termos de Despret (1999),

segundo Latour, o gesto ganha uma nova versão⁵ e passa a ser repetido em milhares de fotos publicadas na rede, desejando força à Fran.

Num fenômeno que vem crescendo no Brasil e no Mundo e sendo chamado de “pornovingança” ou “pornorevanche”, mulheres jovens têm sido vítimas de vingança por parte de ex-companheiros, que, ao término do relacionamento, resolvem divulgar na internet fotos ou vídeos de conteúdo sexual. Essas imagens se alastram numa rápida velocidade, expondo a intimidade dessas jovens que são julgadas moralmente, alijadas de amigos e da vida social, tomadas de vergonha. O mais difícil em crimes eletrônicos desse tipo não é encontrar os responsáveis, mas toda a carga moral que recai sobre a mulher. O agressor é esquecido depois de um tempo. O mesmo não ocorre com a vítima. Quase oito anos depois de ser exposta por um ex-namorado, a paranaense Rose Leonel relata ainda sofrer com o que aconteceu. Muitas pessoas, tanto homens quanto mulheres, ainda a recriminam. Para Rose, a maior parte das pessoas acredita que se ela foi exposta é porque ela é culpada. Ainda hoje muitas não querem nem saber do agressor, do criminoso. Rose procurou a Justiça. O ex-noivo foi condenado por difamação com base na Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Embora este

tipo de exposição na internet também possa ser considerado um crime virtual, a ele não se aplica a Lei 12.737/2012, conhecida como Lei Carolina Dieckmann porque esta lei é para casos em que o material foi roubado.

Em abril de 2013 entrou em vigor a lei Carolina Dieckmann, que, entre outras coisas, torna crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares. Sancionada em dezembro de 2012, a alteração do Código Penal foi apelidada com o nome da atriz após fotos em que Carolina Dieckmann aparecia nua terem sido divulgadas na internet (G1 em 27 de agosto de 2013).

No caso de Francielly, também não houve invasão dos computadores: os vídeos eram do expositor, nada foi subtraído dela – consequentemente, também não poderia ser enquadrado na Lei Carolina Dieckmann.

Art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita (Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012).

Além disso, como a relação entre ela e o parceiro no vídeo divulgado não pode ser caracterizada como um relacionamento amoroso, nem mesmo a Lei Maria da Penha pode ser aplicada a seu caso – pois esta pressupõe vínculo amoroso entre vítima e agressor.

Segundo ela, há anos, ele era a única pessoa com quem se relacionava e com quem já tinha gravado vídeos íntimos. ‘As imagens ficavam dentro de uma pasta no celular, que fica dentro de outra. Para entrar nas duas, é preciso de senha que só ele sabe’, ressalta (Francielly, G1 em 29 de outubro de 2013).

Eles tiveram um relacionamento esporádico, casual, sem nenhum afeto. Mas ela sempre o procurou. A acusação de que ele tenha divulgado o vídeo deve ter sido uma tentativa de desconstruir o casamento do seu amor platônico, de desestabilizar a entidade familiar (Hugo de Angelis, advogado de Sérgio Henrique, G1 em 29 de outubro de 2013).

Sendo maior de idade, Fran também não está resguardada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma rápida pesquisa nos mostra que hoje, uma mulher solteira com mais de 18 anos que tenha imagens íntimas suas divulgadas, e isto configure um fato ofensivo atribuído à sua reputação, tem seu caso enquadrado dentro do escopo do art. 139 do Código Penal,

cuja pena consiste em um período de três meses a um ano de prisão, além de multa. Um terço, portanto, da penalidade prevista pela Lei Maria da Penha.

[O valor arbitrado pela Justiça] Além de ser vergonhoso, moralmente falando, perdi muita coisa. Fico me perguntando como quanto vale a vida de um ser humano. Será que é só isso? ‘Não acho justo e muito menos digno de recuperar o que eu passei e passo até hoje’ ‘Minha vida ficou marcada por esse crime. Fui assassinada moralmente (Rose Leonel, G1 em 27 de agosto de 2013).

Uma primeira controvérsia que nos surge diz respeito ao âmbito em que essas questões podem e/ou devem ser tratadas. Por um lado, temos as “vítimas” recorrendo à justiça, buscando algum tipo de amparo e reparação para esses atos – e isto nos leva a uma legislação que parece defasada, sem possibilidades de agir sobre acontecimentos que a ultrapassam, pois as mudanças engendradas pelas novas tecnologias produzem efeitos inesperados e que escapam aos enquadramentos vigentes.

Para Alexandre Atheniense, da Comissão da OAB sobre Crimes na Internet, o ato de colocar essa gravação na web constitui crime, mesmo quando a mulher permite ser gravada numa situação de intimidade. ‘A lei Maria da Penha foi criada no sentido de proteger não só a integridade física, mas a

integridade psicológica, a dignidade da mulher. E hoje, a vida digital é uma extensão da vida presencial (G1 em 17 de novembro de 2013).

“Não tem punição para este tipo de crime, não tem uma lei que enquadre ele. Ele pode até ser considerado culpado, mas não vai ficar preso. Ele nunca vai conseguir pagar o mal que me fez” (Franciely, G1 em 25 de outubro de 2013).

“O Brasil vive um vácuo no que diz respeito à privacidade na rede” (Thiago Tavares de Oliveira, Presidente da ONG Safernet).

Por outro lado, numa situação destas, o que está passível de judicialização? A relação sexual e o registro consentido desta não é crime, no sentido de que não é uma prática tipificada no Código Penal. Entretanto, pelos efeitos que a divulgação de um vídeo como estes parece produzir, parece haver aí a transgressão de alguma norma que não precisa figurar na legislação para modular a conduta dos seres. Fran não foi incriminada porque não infringiu o Código Penal, no entanto, foi criminalizada pela transgressão de uma norma moral. Assim, mesmo sem crime, há o sujeito criminalizado em seu cotidiano. No lugar dos juízes, figuram aqueles que assistem e, quase instantaneamente, divulgam ou comentam os vídeos, que extrapolam as redes sociais e permeiam o dia a dia de Rose,

Fran e Júlia, contribuindo, por exemplo, para a perda do emprego das duas primeiras e para o processo que culminou com o aparente suicídio da última.

Para ajudar outras vítimas do mesmo crime, Rose Leonel participou da criação do projeto de lei “Maria da Penha Virtual” no início de 2013. Em especial, esse projeto tenta dar conta do fato de que o crime na internet fica gravado, arquivado, e pode produzir mais sofrimento para a vítima por toda a vida.

Eu não cometi nenhum crime. Mas pessoas me ofendem virtualmente e moralmente. Muita gente me chamou de vadia, prostituta. Um homem chegou a me mandar uma mensagem falando que viria à Goiânia no final de semana e que me pagava R\$ 10 mil para sair com ele (Franciely, G1 em 29 de outubro de 2013).

“Eu vou ficar marcada para o resto da minha vida. Eu vou ter que conviver com isso. Fui vítima de um crime na internet e isso, infelizmente, querendo ou não, faz parte da minha identidade” (Rose Leonel, G1 em 27 de agosto de 2013).

“O pior do crime eletrônico não é você detectar quem foi o agressor. O grande drama do crime eletrônico é toda a carga moral, social, que acaba sobrando pra mulher” (Rose Leonel, G1 em 17 de novembro de 2013).

“‘É daqui a pouco que tudo acaba.’ ‘Eu te amo, desculpa eu n ser a filha perfeita, mas eu tentei... desculpa, desculpa eu te amo muito...’ ‘E to com medo mas acho que é tchau pra sempre’” (Júlia Rebeca, G1 em 14 de novembro de 2013).

A internet, e dentro dela as redes sociais, surge como uma alternativa para aproximar distâncias, bem como uma facilidade para o estabelecimento de novos vínculos, novas formas de se relacionar. Todavia, essas conexões muitas vezes nos escapam, pela forma como são estabelecidas e pela possibilidade que têm de se expandir. Os dados da pesquisa realizada pela ONG *SaferNet* Brasil revelam que 8% dos jovens entre 16 e 23 anos já publicaram fotos sensuais sobre si no celular e 31% já receberam fotos sensuais de amigos. Cada uma dessas imagens, uma vez lançada na rede, dificilmente pode ser recuperada e completamente excluída. Ela é copiada, arquivada, replicada, republicada, modificada diversas vezes, até que não seja mais possível demarcar todos os seus pontos de origem. E ao circular, é reapropriada de tal modo a produzir efeitos inesperados – e esta parece ser a força das novas tecnológicas, que, longe de poderem ser pensadas como intrinsecamente boas ou más, ganham sua potência a partir da força dos agenciamentos. E nós, sujeitos deste mundo contemporâneo, não saímos incólumes

deste processo; ao contrário, somos subjetivados nele e com ele.

Rose Leonel conta que perdeu empregos, amigos e que precisou que seu filho mais velho fosse estudar fora do país para que ele não sofresse represálias. Em 2013, Rose criou a ONG Marias da Internet, a fim de dar apoio psicológico e jurídico a mulheres vítimas de crimes virtuais porque a sua história se repete. Fran é um exemplo disso. E como ela disse em uma entrevista dada em rede nacional: Fran não é a única, não foi a primeira e não será a última. E, de fato, não foi. Antes mesmo que o caso de Fran parasse de estampar as chamadas dos grandes portais de notícia, Julia Rebeca, 17 anos, ganhou as manchetes. Júlia, que morava em Parnaíba, no litoral do Piauí, gravou um vídeo de sexo com uma garota e um rapaz, ambos menores de idade. As imagens foram distribuídas por celulares na cidade. Mas diferentemente de Rose e de Fran, e igual a muitas meninas, Julia foi encontrada morta e a hipótese é que ela tenha se matado após a divulgação do vídeo. A adolescente chegou a postar mensagens de despedida e desculpas na conta que mantinha em uma rede social no mesmo dia. A polícia apura o caso.

Enquanto isso, a “Lei Maria da Penha Virtual” foi considerada inconstitucional pela Assembleia Legislativa do Paraná

(ALEP) e atualmente tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, sob a defesa do deputado federal João Arruda (PMDB). No Rio de Janeiro, o deputado Romário (PSB-RJ) apresentou um Projeto de Lei que torna crime a divulgação indevida de material íntimo.

Um *segundo ponto interessante e controverso*, evidenciado a partir de nossa cartografia, diz respeito à *autoria da responsabilidade* ou da “culpa”. A principal hipótese acerca da morte de Júlia, a jovem encontrada pela tia em seu quarto com o fio da prancha alisadora enrolada em seu pescoço, seria o suicídio. Mas será mesmo possível atribuir sua morte apenas a esse passo dado por ela? Júlia é culpada por ter se deixado filmar? Júlia é vítima por ter sido exposta? Júlia deixou-se filmar e precisa arcar com as consequências? A consequência é a morte? Quem ou o quê também partilha a responsabilidade por sua morte? “[...] a ação não é transparente, nada se faz sob o pleno controle da consciência [...] ela (a ação) é sempre contraída, distribuída, dominada, traída, traduzida [...] é deslocada” (Latour, 2012).

[...] o ator não age simplesmente. Ele é levado a agir tendo em vista a rede de relações em que está envolvido, sem ser agido por ela. [...] esta rede, diz Latour, ‘faz-fazer’. Como diria ainda o filósofo Étienne

Souriau, o ator instaura um modo de ser tendo em vista a rede. (Arendt, 2007).

Essas perguntas têm ecoado na rede, evidenciando a dificuldade de separar as atribuições de humanos e não humanos. O caso da adolescente Julia Rebeca, que teria anunciado a própria morte nas redes sociais após o vazamento de um vídeo íntimo no WhatsApp ainda choca a internet brasileira. De acordo com especialistas, o aplicativo não deve ser responsabilizado pela tragédia que aconteceu no Piauí, no início de novembro, mas pode ajudar na busca pelo culpado (E-net security, 2013).

“Esses aplicativos potencializam a divulgação de imagens, por ser tudo muito instantâneo. A partir do momento que eu recebi, eu já posso compartilhar com outra pessoa e assim por diante” (Wanderson Castilho, especialista em segurança digital e perito em crimes virtuais, Aldeia Global).

“[...] quem repassa a imagem não autorizada, também pode receber as mesmas penalidades do autor” (Wanderson Castilho, especialista em segurança digital e perito em crimes virtuais, E-net security).

[...] além de perseguir aqueles que espalham as imagens, é preciso punir os responsáveis pelas páginas que hospedam esse conteúdo e que, muitas vezes, publicam dados pessoais das vítimas, enquanto fatu-

ram muito dinheiro com anúncios que aparecem nas páginas (BBC Brasil, 2013).

Inicialmente circunscritas a certos espaços de discussão, as controvérsias que atravessam a *pornovíngança* pululam nas capas das revistas e jornais junto com os casos que parecem aumentar exponencialmente com o avanço das tecnologias e a incorporação destas à vida cotidiana.

Considerações finais

A partir das cenas apresentadas, foi possível cartografar algumas controvérsias que vão se produzindo à medida que as conexões entre sociedade e tecnologia vão se complexificando. O que essas controvérsias nos permitem evidenciar? O que estamos nos tornando a partir da presença e das ações dos não humanos?

Com relação à primeira cena, que problematiza a proliferação dos *drones*, dois temas despontaram como importantes: a preocupação com a segurança e a publicação da privacidade.

Quanto à segurança, os discursos que apoiam a utilização desses dispositivos se sustentam na aposta de que a tecnologia pode ser mais eficiente que os humanos, passíveis de imprecisões e erros. Além disso, seria mais capaz na hora de proteger vidas humanas e evitar mortes, uma vez

que dispensa o combate corpo a corpo, preservando, pela distância no espaço, a vida dos soldados. Os alvos inimigos poderiam ser cirurgicamente atacados, evitando estragos maiores. Esses argumentos perdem força quando vêm à tona, por outras vezes, dados sobre o número de vítimas civis e inocentes mortos nos ataques.

Se um dos objetivos dos *drones* é proteger a vida humana, cabe perguntarmos que vida humana? Certamente não a dos povos dos países muçulmanos, alvos dos ataques, que, se não são, podem se tornar terroristas perigosos. Nesse sentido, a vida de uns parece se banalizar frente à vida de outros. Quem decide quem morre e quem sobrevive? Obviamente não é a tecnologia por si só nem parece ser algum indivíduo isolado. Se concebermos a sociedade como uma rede de agenciamentos sociotécnicos, precisamos conceber a responsabilidade como um efeito distribuído, em que participam atores bastante heterogêneos, tais como o presidente Obama, seus assessores, o piloto, o povo americano e a própria aeronave, pois nenhum deles age sozinho.

Além disso, o monitoramento por *drones* voltado, num primeiro momento, para o inimigo, bem longe e distante, vem se voltando cada vez mais para perto e a perspectiva é que essas máquinas comecem a fazer parte do nosso cotidiano, tornando-

nos alvo de sua vigilância e controle. Os efeitos disso ainda não são amplamente visíveis, mas não demorarão a se fazer sentir.

Quanto à privacidade, os *drones* parecem reforçar uma controvérsia que não é nova: até que ponto queremos e podemos abrir mão de certa privacidade em prol de fortalecer nossa segurança? Além disso, com a proliferação de máquinas que podem capturar imagens, não estaríamos banalizando a profusão de cenas privadas no espaço público? Até que ponto essa invasão do espaço público pela intimidade não o esvazia de questões coletivas, fazendo o nosso foco se voltar para a vida individual? Alcançar a visibilidade parece ter se tornado não apenas um desejo, mas quase uma obrigação para que algo confirme e afirme sua existência perante os outros. Até que ponto esse desejo de espionar e se expor não tem invadido diversas áreas da vida coletiva, reconfigurando as relações sociais?

Esses questionamentos também nos levam à segunda cena, que problematiza a exposição “involuntária” da intimidade na rede e a possível criminalização dessas práticas. Quem seria o responsável pela violação de privacidade? Em que momento a divulgação de vídeos pode ser caracterizada como crime de violação de privacidade: quando o vídeo é feito ou quando ele é

divulgado? Quem é o responsável pelo crime? Quem estabelece o limite entre o público e o privado? Como esses episódios, que vêm afetando a maneira de ver e ser visto, participam na configuração de nossos modos de ser na atualidade?

Nosso objetivo, no âmbito deste trabalho, não foi encontrar respostas para todas essas questões, mas trazê-las à cena, no sentido de colocá-las como pontos de problematização. Isto significa não tomá-las como consequência inexorável das novas tecnologias, nem adotar, em relação a elas, uma posição favorável ou desfavorável. Quisemos, sim, destacar o quanto os dispositivos tecnológicos configuram-se como atores-rede decisivos no cenário contemporâneo, fazendo-nos fazer coisas e participando, de forma radical, na constituição das formas de ser e de viver na atualidade.

Notas

¹ A noção de “performance” é proposta por AnneMarie Mol para falar da realidade enquanto atravessada e manipulada por “meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas” (Mol, 2008, p. 6). Isto é, os fatos, os objetos, as entidades são produzidas, “atuadas” na ação e pela atuação de outros entes.

² Segundo o *Bureau of Investigative Journalism*, pelo menos 309 ataques teriam sido realizados desde 2004, 257 no governo Obama. O número de mortes estaria entre 2373 e 2997, sendo entre 391 e 780 o número de civis, dentre os quais 175 crianças. Já segundo a *New America Foundation*, seriam 350 ataques desde 2004, com mortes entre 1963 e 3293, dentre os quais 261 a 305 civis.

³ Latour (2000) faz uso desta expressão para referir-se a qualquer entidade que torne possível uma exposição visual de qualquer tipo num texto. O instrumento é o que nos leva do artigo àquilo que o dá sustentação. Os dispositivos de inscrição nos possibilitam ir dos enunciados às controvérsias. E, reciprocamente, o mundo de inscrições é invisível enquanto não há controvérsias.

⁴ Em 1976, Richard Dawkins lançou seu *best seller* “O Gene egoísta”. Nele, cunhou o termo *meme*, referindo-se ao que ele considerava a unidade de informação que se multiplica de uma pessoa para a outra ou entre locais onde a informação é armazenada. Na internet dos anos 2000, o termo é emprestado para descrever um vídeo, imagem, música ou frase que se propague pela web, espalhando-se como um viral, mas também ganhando versões e podendo ter seu significado alterado.

⁵ Em relação a uma versão, não se pode dizer que seja verdadeira ou falsa, mas sim mais ou menos articulada conforme sua possibilidade de ampliar o sistema de referências que permitem falar dela. Nesse sentido, a realidade é necessariamente algo em construção e não algo dado de antemão e externo a nós (Despret, 1999).

Referências

- Arendt, R. (2007) Emoções e mídia. In: A. J. Vilela, & L. Sato (Orgs.). *Diálogos em psicologia social* (p. 275-285). Porto Alegre: Evangraf.
- Brasília. (2012) *Lei n° 12.737, de 30 de novembro de 2012*. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei no 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.
- Costa, A. L. M. C. (2014) Crônica de um fracasso. *Carta Capital*, 50-52.
- Cosenza, C. A., Rheingantz, P. A., & Lima, F. R. (2000) Diagnóstico de adequação ambiental e condições de uso do edifício do INPI no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ. [Relatório Técnico]
- Despret, V. (1999) *Ces émotions que nous fabriquent – Ethnopsychologie de l'authenticité*. Paris: Institut d'Édition Sanofi-Synthelabo.
- Guesser, A. H. (2006) *Software livre e controvérsias tecnocientíficas: uma análise sociotécnica no Brasil e em Portugal*. Curitiba: Juruá.
- Haraway, D. (1995) Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5.
- Latour, B. (2000) *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp.
- Latour, B. (2002) *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: Edusc.
- Latour, B. (2012) *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc.
- Mol, A. (2008) Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. In R. Roque (Org.). *Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência*. Porto: Afrontamento.
- Pedro, R. (2010) Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. In A. A. L. Ferreira et al. (Org.). *Teoria ator-rede & psicologia* (pp. 78-96). Rio de Janeiro: Nau.
- Penley, C., & Ross, A. (1990) Cyborgs at large: interview with Donna Haraway. *Social Text*, 25/26, 8-23.

Rémy, G., Senouci, S.-M., Jan, F., & Gourhant, Y. (2013) SAR.Drones: drones for advanced search and rescue missions. *Journées Nationales des Communications dans les Transports*. Recuperado em 20 dezembro, 2013, de: http://ben-tley.ubourgogne.fr/jnct2013/proceedings/JNCT13_Remy-UB.pdf.

Rheingantz, P. A. (1998) Centro Empresarial Internacional Rio – RB1: território de conflitos de percepções, imagens e expectativas. In Del Rio (Org.). *Arquitetura: Pesquisa & Projeto* (p. 183-200). São Paulo: ProEditores; Rio de Janeiro: FAU UFRJ.

Rolnik, S. (1989) *Cartografia sentimental, transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.

Venturini, T. (2010). Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, 19(3), 258-273.

Reportagens drones

Amazon testa frota de aviões não-tripulados para entregar encomendas em até 30 minutos. (2013) *O Globo*. Rio de Janeiro, 02 dez 2013,

Tecnologia. Recuperado em 13 janeiro, 2014, de: <http://oglobo.globo.com/tecnologia/amazon-testa-frota-de-avioes-nao-tripulados-para-entregar-encomendas-em-ate-30-minutos-10940932>.

Entrega da Amazon usando drones é uma "fantasia", diz CEO do eBay. (2013) *IDG News Service*, EUA, 09 dez 2013. Recuperado em 13 janeiro, 2014, de <http://idgnow.com.br/internet/2013/12/09/entrega-da-amazon-usando-drones-e-uma-fantasia-diz-ceo-do-ebay/>

Gomes, L. E. (2013) Drones: o lado oculto da guerra contra o terror. *Terra, Mundo*. Acessado em: <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/drones/> em 13/12/2013.

Stochero, T. (2013) Segurança da Copa 2014 terá 'drones' da FAB e PF; Exército estuda compra. Copa das Confederações servirá como teste no monitoramento com vants. Defesa usa aeronaves para vigiar fronteiras e tem projeto de drone armado. *GI*. 2013. Recuperado em 13 janeiro, 2013, de <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/03/seguranca-da-copa-2014-tera-drones-da-fab-e-pf-exercito-estuda-compra.html>.

Graham, S. (2012) *Olympics 2012 security: welcome to lockdown London*. Recuperado em 13 janeiro, 2014, de <https://apps.facebook.com/theguardian/sport/2012/mar/12/london-olympics-security-lockdown-london>.

Ferrari, B. (2012) O novo alvo dos Drones. Protagonistas em ações militares de combate ao terrorismo, os aviões não tripulados estão ganhando espaço no meio civil. *Exame.com*. 2012. Recuperado em 13 janeiro, 2014, de <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1019/noticias/o-novo-alvo-dos-drones?page=1>

Reportagens pornovingança

A difícil batalha contra o 'pornô de vingança' nos EUA. *BBC Brasil*. 2013. Recuperado em 10 fevereiro, 2014, de http://195.188.87.10/portuguese/noticias/2013/09/130927_vinganca_porno_an.shtml.

Após fotos íntimas pararem na web, mulher diz sofrer preconceito diário. (2013) *GI*. 2013. Acessado em: <http://g1.globo.com/pr/norte-nordeste/noticia/2013/08/apos-fotos-intimas-pararem-na-web-mulher-diz-sofrer-preconceito-diario.html> em 13/01/2014.

Caso Júlia Rebeca: WhatsApp podia ajudar, diz especialista. *Direto da Aldeia Global*. 2013. Acessado em http://diretodaaldeia.blogspot.com.br/2013_11_29_archive.html em 10/02/2014.

Denúncia de vídeo de sexo foi gerada por 'amor platônico', diz advogado. (2013) *GI*. 2013. Acessado em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/10/denuncia-de-video-de-sexo-foi-gerada-por-amor-platonico-diz-advogado.html> em 13/01/2014.

Em rede social, garota de vídeo de sexo pede 'lei Maria da Penha virtual' (2013) *GI*. 2013. Acessado em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/10/em-rede-social-garota-de-video-de-sexo-pede-lei-maria-da-penha-virtual.html> em 13/01/2014.

Mãe de jovem achada morta após vídeo íntimo reclama de 'violação'. (2013) *GI*. 2013. Acessado em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/mae-de-jovem-achada-morta-apos-video-intimo-reclama-de-violacao.html> em 13/01/2014.

'Não tenho mais vida', diz Fran sobre vídeo íntimo compartilhado na web. (2013) *Fantástico*. 2013. Acessado em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/11/nao-tenho-mais-vida-diz-fran-sobre-video-intimo>

[compartilhado-na-web.html](#) em
13/01/2014.

Polícia Investiga morte de garota que teve vídeo íntimo divulgado no Piauí. (2013) *G1*. 2013. Acessado em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/policia-in-vestiga-morte-de-garota-que-teve-video-intimo-divulgado-no-piaui.html> em 13/01/2014.

WhatsApp pode ajudar a polícia. *E-net security*. 2013. Acessado em: <http://www.enetsecurity.com.br/noticias/?id=171> em 10/02/2014.

Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro: Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ, na Linha de Pesquisa “Processos Psicossociais e Coletivos”. Coordena o Grupo de Pesquisa “Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia” (CNPq). Pesquisa as relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

E-mail: rosapedro@globo.com

Ana Paula da Cunha Rodrigues: Psicóloga. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/IP/ UFRJ). Docente do IBMR.

E-mail: apcunhar@gmail.com

Antonio José Peixoto Costa: Estudante de Psicologia. Bolsista PIBIC/UFRJ

E-mail: costa.jp.antonio@gmail.com

Cristiana de Siqueira Gonçalves: Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/IP/ UFRJ).

E-mail: cristianasiqueira@yahoo.com.br

Jéssica da Silva David: Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/IP/UFRJ).

E-mail: jessicasdavid@gmail.com

Luciana Santos Guilhom Albuquerque: Psicóloga. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/IP/ UFRJ). Docente do IBMR.

E-mail: guilhonluciana@gmail.com

Paulo Afonso Rheingantz: Professor do Programa de Pós-Graduação e Arquitetura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ).

E-mail: parheingantz@gmail.com

Rafael Barreto de Castro: Doutor em Psicologia pelo Programa EICOS (IP/UFRJ). Psicólogo do CEFET.

E-mail: rafaelbarretodecastro@gmail.com

Pedro, R.; Rodrigues, A.; Costa, A.; Gonçalves, C.; David, J.; Albuquerque, L.;
Rheingantz, P.; Castro, R.

Recebido em: 27/08/2014 – **Aceito em:** 05/09/2014